AUDIT • TAX • CONSULTING • OUTSOURCING

NEW LUMEN PERFIS S.A.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e IFRS.
31 de dezembro de 2024
REA 210/2025

PRAXITY
Empowering Business Globally
ASSOCIATE

vbr
BRASIL

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis 2

Balanços Patrimoniais 6

Demonstrações do Resultado 8

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 11

Demonstrações dos Fluxos de Caixa 12

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 11

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
NEW LUMEN PERFIS S.A.
Guarulhos – SP – Brasil

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da New Lumen Perfis S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da New Lumen Perfis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Início das operações na Companhia

Este é o primeiro exercício social da Entidade, cuja constituição e início das operações ocorreram em abril de 2024. Consequentemente, não existem demonstrações contábeis comparativas referentes a exercícios anteriores. Destacamos que, por se tratar do primeiro ano de atividade operacional e também da primeira auditoria independente realizada, as conclusões aqui apresentadas não consideram análises comparativas com períodos anteriores.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder à nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Ambiente de Controle Interno em Fase de Implementação	
Este foi o primeiro exercício social da companhia, com início de suas atividades operacionais e financeiras ao longo do ano. Em função disso, observamos que os processos internos de controle, segregação de funções e governança ainda estão em fase de implementação e amadurecimento. Consideramos este um dos principais assuntos de auditoria, pois a ausência de histórico operacional, aliada à inexistência ou imaturidade de determinados controles internos, exigiu procedimentos adicionais para obtenção de evidência apropriada e suficiente, especialmente no que diz respeito à confiabilidade das demonstrações contábeis e à mitigação de riscos de distorções materiais. A abordagem de auditoria incluiu testes detalhados de transações, análise da documentação suporte e acompanhamento próximo da implementação de políticas contábeis e processos de controle.	Em razão da ausência de histórico operacional e da fase inicial de desenvolvimento dos controles internos, realizamos uma avaliação preliminar do ambiente de controle da entidade, por meio de entrevistas com a administração e mapeamento dos principais processos contábeis e operacionais. Como identificamos limitações ou ausência de controles formais em diversas áreas, adotamos uma abordagem predominantemente substantiva, com foco em testes detalhados de transações relevantes. Realizamos inspeções de documentos, reconciliações contábeis e análises cruzadas entre lançamentos, contratos e registros bancários, com o objetivo de verificar a integridade e correta mensuração das transações. Além disso, mantivemos diálogo contínuo com os responsáveis pela governança sobre os riscos identificados, orientando sobre boas práticas de

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	controle e monitoramento que deverão ser aperfeiçoadas à medida que a empresa evolua operacionalmente.

Responsabilidade da administração pelas das demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 30 de Junho de 2025.

VBR Brasil - Valuconcept
Auditores Independentes S/S
CRC PR 008.722/O-5

Tiago Andrade Mancarz
Contador | Diretor de Auditoria
CRC PR 064.611/O-2

NEW LUMEN PERFIS S.A.

Balanço Patrimonial
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	**Nota**	**31.12.2024**
Circulante		**6.342**
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.088
Contas a receber	6	511
Adiantamentos e outras contas a receber		1.499
Estoques	7	2.358
Tributos a recuperar		886
Não Circulante		**56.891**
Imobilizado	8	56.891
Total do Ativo		**63.234**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEW LUMEN PERFIS S.A.

Balanço Patrimonial
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31.12.2024
Circulante		**28.603**
Empréstimos e Financiamentos	11	15.419
Fornecedores		13.066
Obrigações sociais e trabalhistas	12	112
Obrigações tributárias	8	7
Não Circulante		**22.600**
Fornecedores	14	22.600
Patrimônio Líquido	**15**	**12.030**
Capital social		13.877
Prejuízo acumulado		(1.846)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**63.234**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEW LUMEN PERFIS S.A.

Demonstração do Resultado
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	18.04.2024 a 31.12.2024
Receita operacional líquida	**16**	**10.619**
Custos totais	**17**	**(10.779)**
Lucro Bruto		**(159)**
Despesas operacionais		**(1.236)**
Despesas comerciais	18	(78)
Despesas gerais e administrativas	19	(1.158)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(1.395)**
Resultado financeiro	**21**	**(451)**
Resultado do exercício		**(1.846)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEW LUMEN PERFIS S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 18 de abril de 2024	-	-	-
Integralização de capital	13.877		13.877
Resultado do exercício	-	(1.846)	(1.846)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**13.877**	**(1.846)**	**12.030**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEW LUMEN PERFIS S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	18.04.2024 a 31.12.2024
Fluxo de caixa de atividades operacionais	
Lucro ou prejuízo do exercício ajustado	**(1.846)**
Ajustes por:	
Depreciação e Amortização	**137**
Variações nos ativos e passivos	
Contas a receber	(511)
Estoques	(2.358)
Tributos a recuperar	(886)
Adiantamento e outras contas a receber	(1.499)
Fornecedores	35.666
Obrigações sociais e trabalhistas	112
Obrigações tributárias	7
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**28.820**
Fluxo de caixa de atividades de investimentos	
Integralização de capital	13.877
Aquisição de imobilizado e intangível	(57.028)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	**(43.151)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Empréstimos e financiamentos bancários	15.419
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**15.419**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	**1.088**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.088
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	**1.088**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia New Lumen Perfis S.A. tem por objeto social a fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias, recuperação de sucatas de alumínio e comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos, assim como a administração de bens próprios ou de terceiros.

A New Lumen Perfis S.A. busca desenvolver e expandir suas operações no mercado, colaborando para o crescimento sustentável e inovador da indústria de perfis metálicos, com foco na recuperação e comércio de materiais recicláveis.

Entre suas principais conquistas, a Companhia consolidou sua atuação no mercado de sucatas metálicas, com sede em Guarulhos, São Paulo, e filiais distribuídas por todo o território nacional, reforçando sua presença no setor de reciclagem e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Com uma trajetória de sucesso, o fundador, Marcos Vinício Fernandes, liderou a criação da empresa em março de 2024, trazendo sua vasta experiência no setor metalúrgico e consolidando a New Lumen Perfis S.A. como uma referência em recuperação de alumínio e comércio de sucatas.

Em 2024, a New Lumen Perfis S.A. já apresentou resultados expressivos no mercado de sucatas e perfis metálicos, com a recuperação de toneladas de materiais recicláveis, promovendo a economia circular e o compromisso ambiental.

Atualmente, a Companhia está expandindo suas operações para o setor de fabricação de perfis de alumínio, mantendo seu compromisso com a sustentabilidade e a inovação tecnológica. A administração eficiente e o planejamento estratégico de longo prazo têm impulsionado o crescimento da New Lumen Perfis S.A. e garantido sua relevância no mercado.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, bem como a norma internacional de relatório financeiro *IFRS for SMEs* (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Todas as referências as normas de devem ser entendidas também como referências aos correspondentes pronunciamentos dos *IFRS* e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos *IFRS*'s não está disponível no Brasil.

2.1. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2025

Para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2024 não houve nenhuma alteração que apresentou impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos na demonstração contábil da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1. CLASSIFICAÇÃO

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Mensurados ao custo amortizado.

a) Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de Resultado Financeiro.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa nessa classificação, conforme nota explicativa nº 5.

b) Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía contas a receber e adiantamentos e outras contas a receber nesta classificação, conforme notas explicativas nº 6.

c) Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo e subsequentemente são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía contas a pagar e empréstimos e financiamentos nessa classificação, conforme notas explicativas nº 9 e 10.

2.3.2. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em seu resultado financeiro no período em que ocorrem.

2.3.3. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4. *IMPAIRMENT* DE ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
(ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
(iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
(iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
(v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

- Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.

Caso haja indícios de *impairment*, o montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 avaliamos os ativos conforme as práticas mencionadas acima e não identificamos risco de perda no valor recuperável na data do balanço.

2.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa incluem os caixas, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e que estão sujeitos a um insignificativo risco de mudança.

2.5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

As contas a receber correspondem aos valores a receber provenientes da comercialização de perfis de alumínio. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos as perdas de créditos esperadas (PCE).

2.6. ESTOQUES

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado utilizando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade, e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor recuperável é o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e das despesas de vendas.

2.7. IMOBILIZADO

O imobilizado é compreendido por equipamentos de informática, ferramentas e máquinas e equipamentos e está mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada.

Os ganhos e as perdas de alienações, quando ocorrerem, são determinados pela comparação dos resultados como o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Despesas", na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Grupo de Ativos	**Anos**
Equipamentos de Informática	5
Ferramentas	10
Máquinas e equipamentos	10

2.8. REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto

entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Para fins do teste do valor recuperável, os ativos são analisados em relação à UGC ao qual ele está relacionado. Eventuais ativos que tenham vida útil indefinida, como por exemplo o ágio, não estão sujeitos à amortização ou depreciação e são testados anualmente apenas para a verificação de *impairment*.

2.9. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes quando existe expectativa de desembolso no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10. PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida quando o Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.11. RECONHECIMENTO DA RECEITA

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia e sua controlada reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades. Para isso, a Administração se utiliza das seguintes premissas para reconhecimento:

(i) Identificação dos contratos com os clientes;
(ii) Identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos;
(iii) Determinação do preço da transação;
(iv) Alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e;
(v) Reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Em síntese, o reconhecimento da receita ocorre quando há a transferência dos riscos e benefícios da operação ao terceiro adquirente, identificado formalmente ou não, com geração de benefício econômico futuro e do qual foi possível mensurar com confiança os valores envolvidos nas transações.

(a) Venda de produtos e prestação de serviços

O reconhecimento da venda de produto e serviços não ocorre até que:

(i) O controle sobre os recursos gerados é transferido, ou seja, os produtos tenham sido enviados para o local especificado ou os serviços prestados estejam aceitos pelo cliente, desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente;
(ii) Os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos;
(iii) O comprador tenha aceitado os produtos e serviços de acordo com o pedido de venda; e
(iv) As disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou haja evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos

financeiros ao custo amortizado é calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

2.1. CUSTOS E DESPESAS

Os custos e despesas associados a geração de caixa são predominantemente compostos pela aquisição de matérias-primas, gastos de fabricação para transformação das matérias em produtos, salários, benefícios a empregados, despesas com entrega, comissões e serviços tomados. Além disso, contemplam a depreciação e amortização dos ativos relacionados aos custos das atividades da Companhia e sua controlada.

São reconhecidos ao resultado à medida que sua relação com o reconhecimento da receita é equivalente, ou quando não se espera recuperar o valor desembolsado, seguindo a premissa de recuperabilidade de ativos.

2.12. TRIBUTAÇÃO FEDERAL

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os tributos correntes são reconhecidos conforme exigido pela legislação fiscal. As receitas apresentam tributação com base no regime de competência.

A Companhia realiza o registro dos tributos com base no regime do lucro presumido, sendo os tributos apurados conforme as alíquotas descritas abaixo, após a aplicação de limites de presunção para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a receita bruta, respectivamente:

Base	**Lucro Presumido**
Imposto de Renda	15% + 10% (adicional)
Contribuição Social	9%
PIS	0,65%
COFINS	3%

Os passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data de reporte.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Em 31 de dezembro de 2024 foram consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são contempladas nestas demonstrações contábeis. Após análises, a Administração da Companhia considera estimativas críticas as relacionadas a seguir:

Provisão para contingências: a Companhia está sujeita no curso normal de seus negócios a fiscalizações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, podem ser adversamente afetados, independente do respectivo resultado. Com base na sua melhor avaliação e estimativa, suportada por seus assessores jurídicos, a Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de provisão.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros (aplicações financeiras), todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados.

4.2. FATORES DE RISCOS FINANCEIROS

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

(b) Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações, ocasionando perdas financeiras à Companhia. A Companhia possui uma área de análise de crédito interna, onde todas as propostas são analisadas com base em métricas de crédito e capacidade de pagamento.

(c) Risco de Mercado

A Companhia dedica-se à fabricação de artigos de serralheria, recuperação de sucatas de alumínio e comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos. Além dos riscos que afetam de modo geral o setor industrial, como interrupções na cadeia de suprimentos, volatilidade no preço de materiais metálicos, e a dependência de políticas econômicas relacionadas à reciclagem, as atividades da Companhia são especificamente afetadas pelos seguintes riscos:

- A conjuntura econômica do Brasil, que pode impactar diretamente o setor de reciclagem e metalurgia, caso a economia não se recupere conforme o esperado ou haja instabilidade política que prejudique investimentos na indústria.

- Oscilações no preço de metais, especialmente do alumínio, que podem afetar a competitividade da Companhia no mercado de sucatas e perfis metálicos.
- A demanda por sucata metálica e alumínio reciclado pode ser impactada por mudanças nos mercados nacional e internacional, além de novas regulamentações ambientais que possam afetar os custos operacionais.
- Possíveis atrasos ou dificuldades na obtenção de licenças ambientais e operacionais, que podem comprometer a expansão e a operação das atividades da Companhia, especialmente em novas regiões.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda ser utilizados para outros fins. Abaixo a composição do grupo:

	31.12.2024
Depósitos bancários	15
Aplicações financeiras (i)	1.073
Total	**1.088**

(i) As aplicações financeiras são representadas por investimentos em Fundos de Investimentos de grandes bancos nacionais, todas com liquidez menor que 90 dias.

6. CONTAS A RECEBER

As contas a receber referem-se, substancialmente, a vendas de perfis e sucatas iniciadas em 2024, ainda em fase de testes comerciais.

O total de títulos de clientes em aberto em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 6.625, dos quais R$ 6.614 foram objeto de operações de desconto de duplicatas junto a instituições financeiras.

Dessa forma, o saldo líquido de contas a receber apresentado no ativo circulante é de R$ 511, correspondente aos valores ainda não descontados. As duplicatas descontadas foram reconhecidas contabilmente conforme os princípios do CPC-PME, como uma conta redutora do próprio ativo.

7. ESTOQUES

Os estoques referem-se substancialmente à matéria-prima (alumínio) adquirida para industrialização de perfis de alumínio, que correspondem ao produto acabado da empresa.

Em 31 de dezembro de 2024, considerando que as atividades operacionais se encontram em fase inicial, os estoques estavam compostos da seguinte forma:

	31.12.2024
Materia-Prima	2.051
Produto Acabado e em Processo	41
Tarugos e Sucatas	266
Total	**2.358**

8. IMOBILIZADO

a) Abertura do imobilizado

	Vida Útil (anos)	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2024 Líquido
Equipamentos de Informática	5	40	-	40
Ferramentas	10	588	-	588
Máquinas e equipamentos	10	56.400	(137)	56.263
Total		**57.028**	**(137)**	**56.891**

b) Movimentação do imobilizado

Considerando o início das operações no exercício de 2024 e o início das operações no mês de dezembro, as adições ocorreram no próprio exercício e não houve até o momento, o reconhecimento de depreciação em parte dos itens do imobilizado.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31.12.2024
Financiamentos Nacionais	7.700
Potencial FIDC	4.261
Mover Securitizadora	3.457
Total	**15.418**

10. FORNECEDORES

O saldo de contas a pagar em 31 de dezembro de 2024 totaliza R$ 35.666, sendo R$ 13.066 classificados no passivo circulante e R$ 22.600 no passivo não circulante. Esses valores referem-se, principalmente, a contratos firmados com terceiros para aquisição de tarugos e metais derivados de alumínio.

No que se refere ao setor administrativo da Companhia, os saldos estão relacionados à contratação de serviços de terceiros nas áreas de manutenção, conservação e segurança dos ativos.

A Administração revisou a composição dessas obrigações e concluiu que não houve alterações significativas nos prazos, preços ou condições previamente estabelecidos, conforme análise por categoria de fornecedores.

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para riscos previdenciários, trabalhistas, cíveis e administrativos são constituídas levando-se em consideração a legislação em vigor, a opinião de assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitiram estimar o seu valor. Em 31 de dezembro de 2024 não havia processos de nenhuma natureza em que a Companhia figura no polo passivo.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é composto por 18.100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor mobiliário, com valor nominal de R$ 1,00 cada, totalizando R$ 18.100.000,00.

Desse total, 13.876.500 ações já foram integralizadas pelos acionistas, correspondendo a R$ 13.876.500,00, enquanto 4.223.500 ações, no valor de R$ 4.223.500,00, permanecem a integralizar.

A Companhia observa os dispositivos legais e estatutários quanto ao processo de integralização do capital social, não havendo, até a presente data, restrições ou inadimplências quanto às obrigações dos acionistas.

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

O saldo de receita operacional líquida está assim composto:

	31.12.2024
Receita bruta	**14.232**
(-) Tributos sobre receita	(797)
(-) Devoluções e distratos (ii)	(2.816)
(-) Deduções das receitas	**(3.613)**
Receita operacional líquida	**10.619**

14. CUSTOS TOTAIS

O saldo de custos totais está assim representado:

	31.12.2024
Custo de materiais	(10.231)
Serviços de terceiros	(343)
Materiais auxiliares	(205)
Total	**(10.779)**

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O saldo de despesas gerais e administrativas está assim representado:

	31.12.2024
Despesas de pessoal	(230)
Serviços de terceiros	(223)
Propaganda e publicidade	(13)
Frete	(58)
Aluguéis	(142)
Manutenção e reparos	(4)
Energia Elétrica	(274)
Segurança	(140)
Depreciações e Amortizações	(137)
Outros	(15)
Total	**(1.236)**
Despesas Comerciais	**(96)**
Despesas Gerais e Administrativas	**(1.141)**

16. RESULTADO FINANCEIRO

O saldo de resultado financeiro está assim composto:

	31.12.2024
Juros e multas ativas	35
Receitas financeiras	**35**
Atualização e correção monetária de contratos	(353)
Tarifas de cobrança e bancárias	(133)
Despesas financeiras	**(486)**
Resultado financeiro líquido	**(451)**

17. COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

A Companhia tem por política contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes julgados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Empresa realiza o gerenciamento de riscos através de gestão de qualidade operacional, pautada em indicadores de desempenho de cada veículo, com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado ou internamente as coberturas compatíveis, sendo a cobertura de seguros ou gerenciado internamente consistentes com outras empresas de dimensões semelhantes operando no setor.

* * * * * * *